



GT: 7 - DESENVOLVIMENTO E CIDADANIA

A IMPORTÂNCIA DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS PARA OS MUTUÁRIOS DO CONJUNTO HABITACIONAL PARQUE DOS SABIÁS, NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR.

Estefany Cristine de Andrade (Universidade Estadual de Ponta Grossa); Email: estefany-
cristine@hotmail.com
Nessyane Messias Santos (Instituto GRPCOM); Email: nesy_ane@hotmail.com

TEMÁTICA: POLÍTICAS PÚBLICAS, DESENVOLVIMENTO LOCAL E SOCIAL

RESUMO: O presente projeto de pesquisa possui como objetivo analisar a importância dos equipamentos públicos para os mutuários do Conjunto Habitacional Parque Dos Sabiás no Município de Ponta Grossa- Pr. Este estudo visou compreender as formas utilizadas pelos mutuários em relação ao enfrentamento da falta destes equipamentos públicos. A pesquisa tem caráter qualitativo, onde seguimos um caminho metodológico que contemplou a pesquisa bibliográfica e documental. Posteriormente realizamos a entrevista semi-estruturada com os membros da Associação de Moradores do Conjunto Parque dos Sabiás e a análise de conteúdo. Primeiramente realizou-se uma contextualização histórica sobre as conseqüências da urbanização e a origem da Política Habitacional, e, a partir disso, buscou-se estabelecer vínculos dessa temática com os equipamentos públicos, a qual permitiu compreender a necessidade de se ter um planejamento antes de inserir um novo Conjunto Habitacional. E, de modo geral, esta pesquisa possibilitou identificar que os mutuários entrevistados têm muita dificuldade no acesso aos equipamentos públicos e se organizam entre si para enfrentar a falta destes.

Palavras chave: Habitação; Equipamentos Públicos; Urbanização; Mutuários.

1. INTRODUÇÃO

O debate em torno das conseqüências da urbanização onde urge a política habitacional vem ganhando maior visibilidade, porém, ainda se constitui como um desafio para os profissionais da área da habitação, contemplar todos os requisitos contidos na Lei Federal nº 11.124/2005 que institui o Sistema Nacional de Habitação Social de Interesse Social, principalmente no que diz respeito à infraestrutura dos novos Conjuntos Habitacionais, bem como do fácil acesso aos equipamentos públicos. Podemos compreender que essa é uma temática relativamente nova, mas que merece atenção devido à visibilidade em relação à falta dos equipamentos públicos e o não acesso por parte da população aos mesmos.

Na Política Nacional de Habitação – PNH em seus princípios descreve que a "habitação não se restringe a casa, incorpora o direito à infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade e transporte coletivo, equipamentos e serviços urbanos e sociais, buscando garantir o direito à cidade" (BRASIL, 2004, p. 30)" e refletir sobre a importância dos equipamentos públicos implica compreender que ele deve ser



operacionalizado de maneira articulada com as demais políticas sociais. Deste modo, essa pesquisa tem como objetivo analisar/identificar quais são os meios de enfrentamento que a falta de acesso aos equipamentos públicos impôs para que os mutuários do Conjunto Habitacional Parque dos Sabiás possam conquistá-los.

Para que a presente pesquisa se concretizasse, percorreu-se um caminho metodológico baseado na pesquisa qualitativa. De acordo com Minayo (1994) a pesquisa qualitativa vai além daquilo que pode ser quantificado, pois trabalha com significados, valores, sentimentos, questões estas consideradas pela autora como muito particulares. Utilizamos como local de pesquisa os sujeitos membros da Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Parque dos Sabiás. Para a coleta de dados utilizamos a entrevista semiestruturada. Após a realização das entrevistas, estas foram transcritas, preservando a fidelidade dos depoimentos seguindo-se da análise de conteúdo.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA URBANIZAÇÃO, SISTEMA NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (SNHIS) E FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (FNHIS)

No Brasil a partir da década de cinquenta, de acordo com Portela e Vesentini (1998), houve uma queda considerável da população rural ao mesmo tempo em que a população urbana passava pelo processo inverso, tendo um crescimento bastante acentuado. A esta migração populacional do rural para as cidades, é conhecida como êxodo rural.

Porém, na perspectiva de Santos (1999), não existiam políticas públicas que pudessem “preparar” as cidades para receber grandes números de pessoas é, por isto, que alinhado ao problema de habitação, surgiram problemas de saneamento básico, energia, água, desemprego e conseqüentemente o aumento das áreas de risco. Conforme o IBGE (2000 apud SCHEFFER, 2003) o aumento da urbanização decorreu por vários fatores, sendo três os principais: crescimento vegetativo da população urbana; migração de habitantes de áreas rurais para urbanas; e também, devido ao censo ter incorporado áreas que antes eram denominadas como rurais e passaram a ser consideradas urbanas. De acordo com Maricato (2000, p.21): “o processo de urbanização recria o atraso a partir de novas formas, como contraponto à dinâmica de modernização”. A autora pontua que as características da modernização impuseram tarefas desafiadoras para os profissionais planejadores dos espaços urbanos. Ainda, com o aumento da população urbana houve a necessidade de uma infraestrutura básica como saneamento, escolas, transporte e equipamentos e serviços públicos os quais existem e são de fundamental importância na vida da população. O fenômeno da urbanização pode ser entendido de acordo com Castells (1983, p. 460), como:

[...] a decomposição prévia das estruturas sociais agrárias, com a emigração da população para centros urbanos já existentes, fornecendo a força de trabalho essencial à industrialização, caracterizada pela passagem de uma economia doméstica de manufatura e depois uma economia de fábrica, com concentração de mão de obra, criação de mercado e constituição de um meio industrial.



Em 2005 foi instaurado pela Lei Federal nº 11.124/2005, o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) que de acordo com o Instituto Pólis (2007):

O SNHIS é um sistema nacional, descentralizado e democrático que unifica as políticas de habitação social e fomenta a produção de habitação de qualidade para população de baixa renda através da ação conjunta dos seus diversos agentes promotores.

O Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS atende famílias que não conseguem obter o acesso à moradia pelo setor do mercado imobiliário, de acordo com Ribeiro (2012), essas famílias não possuíam condições financeiras para obter a aprovação de crédito no mercado financeiro. E para conseguirem uma moradia digna as famílias participam de programas sociais executados por Companhias de Habitações ou outros órgãos públicos. O principal objetivo do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social é direcionar os recursos para ações em habitação dos três níveis de governo para o atendimento às famílias de baixa renda. Os recursos podem ser destinados também para a compra, melhoria e reforma da casa própria; realocações, urbanização, equipamentos comunitários e regularização fundiária, entre outros.

Em 2004, entra em vigor a Política Nacional de Habitação, que tem como prioridade “promover as condições de acesso à moradia digna a todos os segmentos da população, especialmente o de baixa renda, contribuindo, assim, para a inclusão social.” (BRASIL, 2004). A Política Nacional de Habitação (2004) apresenta as estratégias: construção e consolidação de um Sistema de Informação, Avaliação e Monitoramento da Habitação – SIMAHAB, para viabilizar a meta principal da política que é promover às condições de acesso a moradia digna, urbanizada e integrada à cidade, a todos os segmentos da população e em especial a população de baixa renda.

3. CARACTERIZAÇÃO DO LÓCUS DE PESQUISA E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

O Conjunto Habitacional, de acordo com a Prolar (2013), “o Conjunto Habitacional Parque dos Sabiás foi aprovado pelo Ministério das Cidades sendo assinado contrato com o governo federal em dezembro de 2007.” O projeto visava a construção de 168 (cento e sessenta e oito) casas. Foi reservado para esta construção investimento de cerca de R\$ 5,2 milhões. As obras foram financiadas com recurso federal do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS, o qual libera os recursos financeiros de acordo com o cronograma das obras. No Parque dos Sabiás foi investido R\$ 4.269.677,27 através do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. As famílias que foram realocadas para o Conjunto Habitacional residiam às margens do arroio Rio Branco localizado na vila Cel. Claudio, consideradas áreas de risco aos moradores e por serem áreas de preservação permanente (APP).

Em dezembro de 2012, cinquenta e quatro famílias foram realocadas para o Conjunto Habitacional Parque dos Sabiás, sendo 53 destas famílias, oriundas da área de risco do Arroio Rio Branco em Ponta Grossa e 1 família oriunda do arroio de



Olarias, visto a necessidade e urgência extrema em que está família se encontrava, foi realocada junto com as famílias acima citadas.

Podemos analisar que no Conjunto os equipamentos públicos existentes são: Posto de saúde, mercearias da própria comunidade, existe o saneamento básico e o transporte, que pelo horário que passa mostra a dificuldade de acesso pela população usuária deste serviço. Todos os entrevistados fazem uma comparação entre a antiga moradia e a atual, referindo-se aos equipamentos públicos que eles tem acesso, bem como a distância da atual moradia em relação à antiga. A primeira categoria aqui analisada se refere à qual dos equipamentos públicos mais fazem falta no Conjunto Habitacional. Nas falas dos entrevistados foi possível constatar que dentre as nove entrevistadas, 100% destas relatam a mesma dificuldade.

Quando questionados sobre como avaliam os recursos ofertados no Conjunto Habitacional, uma das pessoas entrevistadas, insatisfeita com a situação do Conjunto, diz que:

“[...] das coisas que a gente tem aqui, igual o posto eu quase não uso o posto então não tenho o que falar sabe, agora do ônibus e do correio só reclamar, de novo “né”...” (ENTREVISTADA A).

Verificamos que a entrevistada refere-se ao ônibus como “intermediário”, uma vez que este ônibus é da linha do Conjunto Habitacional Recanto Verde, o qual entra no Parque dos Sabiás em seu trajeto centro-bairro para posteriormente ir ao ponto final. Os usuários do transporte coletivo são então obrigados a embarcar no ônibus e seguir até o ponto final, no Conjunto Recanto Verde, onde necessitam um tempo de espera para que o ônibus faça o trajeto bairro-centro

A próxima categoria analisada refere-se às formas de enfrentamento as dificuldades no conjunto. Informam-nos ainda, que é através desta organização que conseguiram se adaptar melhor no Conjunto Habitacional, como já mencionado anteriormente, há dois anos após a realocação. Verificamos que os moradores frente às necessidades encontradas, acessam a solidariedade da vizinhança, como podemos verificar na fala de Andréia, em que puderam contar com o vizinho para ir à maternidade. Percebemos também, a respeito da organização da comunidade, onde os moradores constroem com suas próprias mãos pontes e abrem “carreiros”, na tentativa de terem acesso aos equipamentos públicos que não estão presentes na comunidade, mesmo diante dessas alternativas acionadas, ainda a situação não é a mais propícia à facilidade no dia a dia.

Um ponto que podemos ressaltar é a participação da comunidade. Nesse sentido, compreendemos que a participação é um [...] processo de vivência que imprime sentido e significado a um grupo ou movimento social, tornando-o protagonista de sua história, desenvolvendo uma consciência crítica desalienadora, agregando força sociopolítica a esse grupo ou ação coletiva, e gerando novos valores e uma cultura política nova. (GOHN, 2005, p.30). Os vínculos estabelecidos entre os moradores advêm do antigo local de moradia, pois são praticamente os mesmos moradores. Concluímos assim que a população conquistou o direito à moradia, contudo, como mencionamos anteriormente, os serviços não avançaram com o crescimento da comunidade. As escolas estaduais não são próximas, acarretando despesas de locomoção para aqueles que dependem do serviço e não possuem isenção de passagem.



4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa, cujo objetivo foi identificar a importância do acesso aos equipamentos públicos e aos meios pelos quais a população se organiza quando há falta destes equipamentos, se diferencia no sentido de servir como subsidio para outros trabalhos, até mesmo para futuros profissionais da área, contribuindo para a compreensão dos problemas causados pela falta de acesso por parte dos moradores aos equipamentos públicos. A partir das respostas analisadas derivadas das entrevistas com os sujeitos de pesquisa, consideramos que os mesmos possuem grande dificuldade no acesso aos equipamentos públicos, principalmente com o transporte coletivo, e que, com a existência desta deficiência estrutural, os moradores buscam meios de acesso a estes equipamentos, se organizando entre si para resolver a situação, optando muitas vezes por meios que acabam tornando-se perigosos ao dia a dia.

Podemos perceber que o transporte público, o mais cobrado por parte dos moradores do Conjunto Habitacional, é de extrema importância, visto que com a falta deste serviço afeta estudantes, trabalhadores e até mesmo pessoas que necessitam deste serviço para o próprio lazer, fazendo com que os mesmos se organizem na busca de soluções para suprir esta falta. O correio é outro fator que foi citado nas entrevistas, visto que para se ter acesso as correspondências devem buscá-las no próprio correio e para isto necessitam do ônibus. Conforme analisamos, a falta de um equipamento leva a não ter acesso a vários outros, acarretando assim diversos problemas.

A relevância acadêmica deste tema deve-se ao fato de haver escassez de produções relacionadas à temática, por isto as discussões acerca do tema trabalhado aponta uma necessidade de maior aprofundamento do debate, uma vez que, quando afirmamos que existe o direito a moradia digna tal como um local apropriado, estamos falando que não é apenas subsidiar uma casa, mas que há fatores subjetivos, assim como os equipamentos públicos, que precisam ser verificados e avaliados antes da ocupação das famílias nos Conjuntos Habitacionais.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, M. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Política Nacional de Habitação**. Brasília, 2004.

GOHN, Maria da G. **Educação não-formal e cultura política**: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MARICATO, E; ARANTES, O. e VAINER, C. **A cidade do pensamento único**. Petrópolis, Vozes - 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.



II Simpósio Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas
22 a 24 de novembro de 2017

PORTELA, Fernando; VESENTINI, José William. **Êxodo rural e urbanização**. 11 ed. São Paulo: Ed. Ática, 1998. 47 p.

PROLAR. Prefeitura Municipal. **Companhia de Habitação de Ponta Grossa (PROLAR)**. Disponível em: <<http://www.pontagrossa.pr.gov.br/taxonomy/term/27>> Acesso em: 25/08/2017

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SCHEFFER, Sandra Maria. **Espaço urbano e política habitacional: uma análise sobre o programa de lotes urbanizados da PROLAR**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2003.